

Sistematização de dados da produção de serviços de atenção à mulheres em situação de violência proposta de um grupo de trabalho

Cândida Ribeiro Santos
Maria Eunice Kalil
Suely Maria Costa Lôbo

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SANTOS, C.R., KALIL, M.E., and LÔBO, S.M.C. Sistematização de dados da produção de serviços de atenção à mulheres em situação de violência: proposta de um grupo de trabalho. In: SARDENBERG, C.M.B., and TAVARES, M.S. comps. *Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento* [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 205-222. Bahianas collection, vol. 19. ISBN 978-85-232-2016-7.
<https://doi.org/10.7476/9788523220167.0009>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

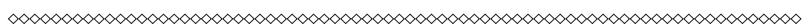
SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS DA
PRODUÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO
À MULHERES EM SITUAÇÃO DE
VIOLÊNCIA
proposta de um grupo de trabalho

Cândida Ribeiro Santos
Maria Eunice Kalil
Suely Maria Costa Lôbo

Introdução

Cada vez mais, a informação vem sendo reconhecida como ferramenta fundamental para o planejamento e execução de políticas públicas. Seu uso pode orientar a definição de intervenções e investimentos e permitir acompanhar o desenvolvimento e resultado de ações.

Ao caracterizar a “informação como poder”, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) (ANVISA, 2008)¹ men-



1 Apresentação, em *PowerPoint*, realizada na Capacitação no Elenco Norteador e Indicadores do Sinavisa, de 12 a 15 de agosto de 2008.

ciona que informar é reduzir as incertezas sobre fatos e coisas. Os gestores se afastam dessas incertezas através da avaliação, processo técnico-administrativo destinado à tomada de decisão, no qual estão envolvidos os momentos de medir, comparar e emitir juízo de valor. Nesse exercício, são pensadas questões como: o que fazer? Como fazer? Quanto fazer? Quando fazer? Com o que fazer? Como fazer acontecer? (ANVISA, 2008)

Produto do tratamento, do processamento, da análise ou da interpretação posterior dos dados,² a informação é utilizada mais usualmente em forma de indicadores. O indicador é uma variável, característica ou atributo que é capaz de sintetizar, representar ou dar maior significado ao que se quer avaliar. (ANVISA, 2008)

Para a construção de indicadores, é ideal a existência de sistemas de informação, definidos como conjuntos de procedimentos utilizados que, quando executados, oferecem informação de suporte à organização. (ANVISA, 2008) Nesses sistemas, os bancos de dados apresentam-se como as ferramentas mais utilizadas.

No caso específico da violência contra a mulher, as autoridades políticas e gestores/as, de um modo geral, que lidam com esse problema no Brasil encontram grande dificuldade para utilizar a informação como subsídio para o planejamento e execução de políticas públicas direcionadas ao seu enfrentamento. A inexistência de sistemas de informações destinados à criação de indicadores capazes de mensurar o fenômeno e monitorar as políticas apresenta-se como uma das barreiras para o avanço no combate ao fenômeno, especialmente considerando que as próprias características da violência de gênero, com as dificuldades de explicitação, exposição e publicação que lhes são peculiares, já tornam complicada sua mensuração.



2 Elementos em estado bruto. (ANVISA, 2008)

É verdade que parte da violência contra mulheres, aquela que se traduz em morte, aparece no Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus/Ministério da Saúde). Esse sistema, cujo instrumento de coleta de dados é a Declaração de Óbito (DO), permite construir indicadores que dão ideia do risco de morrer por determinada situação, doença ou agravo, o que inclui o risco de mulheres morrerem de causas violentas. É verdade também que o Sistema de Informações sobre Internações Hospitalares (SIH), do Ministério da Saúde, permite saber das internações por tipo de causa, o que possibilita conhecer outro aspecto parcial da situação da violência contra mulheres.

Nos últimos anos, a violência doméstica, sexual e/ou outras violências passaram a fazer parte da lista de agravos de notificação compulsória do Ministério da Saúde – Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) –, constituindo-se em outra fonte de informação sobre o atendimento, no setor saúde, de mulheres em situação de violência. Esses sistemas permitem conhecer partes do mosaico que é a situação da violência contra mulheres.

No estado da Bahia, como no restante do país, não há um sistema de informação geral sobre o problema. Da mesma maneira, grande parte dos serviços de atendimento a mulheres em situação de violência que funciona em seu território não possui banco que organize, disponibilize e sistematize os dados registrados em seu processo cotidiano de trabalho. Além disso, não há uniformidade na coleta da informação, já que cada serviço categoriza e trabalha os dados de acordo com a sua necessidade, inexistindo uma linha pré-determinada para ser seguida. Essa situação está documentada no “Cadernos do Observe Número 1”, resultado de pesquisa realizada pelo Observatório pela Aplicação da Lei Maria da Penha (Observe/2010). Um dos mais importantes desafios para se realizar um acompanhamento acerca da aplicabilidade da Lei

atenção. Um dos subgrupos⁴ dessa articulação maior, o grupo de trabalho aqui em foco, foi planejado e concebido desde 2007, mas só tornado realidade no ano de 2010.

Proposta

A função básica do GT Informação é trabalhar os dados gerados nos serviços da rede de atendimento a mulheres em situação de violência em Salvador/Bahia e região metropolitana, de modo a contribuir para a visibilidade e compreensão da violência sofrida pelas mulheres e para o planejamento de ações de enfrentamento do problema, tanto por parte dos governos e serviços como por parte da população. As informações e indicadores produzidos devem possibilitar o melhor conhecimento do perfil das mulheres que buscam serviços e o acompanhamento da atenção oferecida a essas usuárias, além da composição do mosaico que é o retrato da situação do fenômeno da violência em Salvador e região metropolitana.

Enquanto objetivos específicos, o grupo se propõe a fazer o mapeamento estatístico dos diversos tipos de atendimento dos serviços que compõem a rede de atenção a mulheres em situação de violência em Salvador e RMS; organizar e analisar os dados produzidos pelos serviços, gerando informações que contribuam para o acompanhamento das ações de atenção a essas mulheres; compartilhar e discutir as informações consolidadas no e com o GT da Rede.



em rede dos serviços, ampliar o acesso e a qualidade do atendimento prestado (no sentido da atenção integral) a mulheres em situação de violência, contribuindo para o enfrentamento desse problema na cidade de Salvador e sua região metropolitana.

- 4 Em 2007, quando se desenhou essa estratégia de funcionamento, o GT da Rede constituiu oito subgrupos que, com focos específicos, trabalham articuladamente, sendo eles: Formalização da Rede, Lei Maria da Penha, Monitoramento, Educação continuada para a Rede, Fluxos e Procedimentos, Saúde mental, Articulação da Sociedade Civil e Informação. Atualmente, mantém-se o subgrupo Informação, busca-se reorganizar o subgrupo Lei Maria da Penha e há o propósito de constituir um subgrupo de comunicação.

Além desses objetivos, pretende-se estimular a utilização das informações produzidas pelos serviços para planejamento e monitoramento da atenção a mulheres nessa situação; organizar e analisar a participação da violência contra mulheres no panorama geral das violências e acidentes do estado da Bahia, integrando o grupo de trabalho de violência contra a mulher do Observatório de Violências e Acidentes do Estado da Bahia;⁵ e propor, montar e monitorar o desempenho de indicadores de acompanhamento da atenção às mulheres em situação de violência.

O SubGT Informação é formado por 11 serviços de atendimento à mulher em situação de violência que funcionam na capital e fazem parte do GT da Rede, sendo eles: as duas DEAMs – que funcionam nos bairros de Brotas e Periperi –; o Instituto de Perinatologia da Bahia (Iperba); as duas sedes do Projeto Viver – Serviço de Atenção a Pessoas em Situação de Violência Sexual, que funcionam no prédio do Instituto Médico Legal da Bahia e no prédio da DEAM de Periperi; o Centro de Referência Loreta Valadares; a Casa de Acolhimento; o Centro de Referência Maria Felipa;⁶ a 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; o Grupo de Atuação Especial em Defesa da Mulher (Gedem); e o Núcleo Especializado na Defesa da Mulher da Defensoria Pública (Nudem).

As pessoas indicadas pelos serviços são aquelas que já lidam com a estatística de atendimento e passariam a participar do processo de compartilhamento e consolidação de dados e difusão de informações. Participam ainda outras pessoas do GT da Rede que se ocupam e/ou se interessam pela questão da informação no sen-



5 Criado pelo Governo do Estado da Bahia em dezembro de 2009 (Decreto n. 11.897/2009), com a finalidade de registrar, sistematizar e disponibilizar dados estatísticos acerca das violências e acidentes ocorridos no estado. (BRAHIA, 2009, 2011)

6 Serviço especializado no atendimento de mulheres militares e esposas/companheiras/familiares de militares em diversas circunstâncias, inclusive aquelas relacionadas com a vivência de violência por parte de policiais militares.

também do Subgrupo de Violência contra Mulheres do Observatório de Violência do Estado da Bahia, pretende-se elaborar e desenvolver um projeto de investigação das mortes de mulheres por homicídio,¹¹ no sentido de melhorar o conhecimento sobre as circunstâncias relacionadas a esses homicídios, especialmente no que tange à autoria da agressão;

- 1.2 Acompanhamento da internação de mulheres residentes em Salvador e sua região metropolitana por acidentes e violências com base nos registros do SIH, acessado através das páginas eletrônicas da DIS, da Sesab;
- 1.3 Acompanhamento da notificação de violência doméstica e familiar e outras violências pelo Sinan, para mulheres residentes em Salvador e RMS, também acessado através das páginas da DIS/Sesab;
2. Consolidação e análise dos registros de produção mensal dos serviços de atenção a mulheres em situação de violência em Salvador.
3. Monitoramento da violência contra mulheres publicado nos jornais diários de Salvador e nos resultados de demanda ao Alerta Google para “violência contra a mulher”.¹²



11 O termo “investigação” aqui utilizado tem o sentido de investigação epidemiológica, como se investigam o óbito materno ou o óbito de menores de 1 ano, e não o sentido de investigação policial. Nessa investigação epidemiológica, é possível que sejam necessárias visitas às casas das vítimas para obtenção de informações sobre circunstâncias dos óbitos, mas, geralmente, a análise de laudos e prontuários do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues (IMLNR) e dos hospitais é suficiente.

12 Este é um projeto desenvolvido pela Secretaria Executiva do Observatório de Violências e Acidentes em conjunto com a Diretoria de Vigilância e Atenção à Saúde do Trabalhador (Divast), da Sesab, que tem como um de seus resultados a possibilidade de indicar correções/complementações para o Sistema de Informações de Mortalidade a partir de identificação de circunstâncias relacionadas a mortes violentas e, porventura, não constantes ainda naquele sistema.

4. Proposição, elaboração e acompanhamento de indicadores da situação e da atenção (incluindo acesso à justiça) a mulheres em situação de violência:
 - 4.1 Mortalidade de mulheres por homicídios, suicídios, acidentes de transporte e outros acidentes;
 - 4.2 Internação de mulheres por agressões e tentativas de suicídio;
 - 4.3 Notificação de violência contra mulheres no Sinan;
 - 4.4 Número de mulheres (novas) atendidas pelos serviços/número de atendimentos realizados pelos serviços;
 - 4.5 Número de mulheres (novas) atendidas/número estimado de mulheres em situação de violência. Este deve ser um indicador da distância entre a oferta e a necessidade de serviços de atenção, entendendo como necessidade a existência de mulheres em situação de violência. Essa é a maior novidade – e risco – da proposição atual do GT, porque pretende incorporar a informação produzida por pesquisas de base populacional que trazem indicações e projeções sobre a incidência de violência contra mulheres. Será preciso levantar essas pesquisas e eleger ou construir uma estimativa da violência contra mulheres na população e no tempo e, ainda, construir a fórmula que permitirá encontrar o indicador.
 - 4.6 Número de processos enquadrados na Lei Maria da Penha/número de mulheres (novas) atendidas;
 - 4.7 Número de processos julgados/número de processos instaurados;
 - 4.8 Número de medidas protetivas solicitadas/número de mulheres que prestaram queixa;
 - 4.9 Outros indicadores a serem definidos oportunamente.

[...] havia, pelo menos, dois entraves para a realização de sistematização de dados nesses serviços, – o número pequeno de funcionárias (os) e desconhecimento da importância da pesquisa do Observe, que traduz a falta de capacitação do pessoal.

O Relatório Preliminar do Observatório, Monitoramento da Lei Maria da Penha, resultado de etapa anterior da citada pesquisa, já havia constatado que o número insuficiente de funcionários e a falta de capacitação ainda podem estar interferindo na forma como os dados vêm sendo coletados e sistematizados. (GOMES, 2009) Dados relevantes não vêm sendo coletados, ou em virtude da grande demanda a ser atendida, ou, talvez, por não serem considerados importantes. Tal realidade está de acordo com resultados encontrados em estudos realizados em Delegacias da Mulher, que verificaram a inadequação de espaço, equipamento e pessoal à demanda existente, além de pessoal não capacitado, sobretudo para prestar atendimentos que envolvem questões referentes à violência com base no gênero. (PASINATO; SANTOS, 2008)

Outra questão que se impõe como obstáculo à organização e sistematização dos dados de violência contra a mulher nos serviços é a dificuldade de contratar pessoas especializadas em criação e manejo de banco de dados com sensibilidade de gênero para atender às demandas dessas instituições. Depoimentos nesse sentido foram dados em reunião do GT Informação.¹⁴

A ausência de bancos de dados nos serviços também funciona como limite para a sistematização dos seus registros de atendimentos, que, muitas vezes, nem se encontram informatizados. As representantes dos serviços sempre ressaltam a existência de



de pesquisa e organizações não governamentais de todo o país. A referida pesquisa tinha como objetivo aplicar formulários em todas as DEAMs e Juizados que funcionassem nas capitais dos 27 estados brasileiros. Para isso, foram selecionadas pesquisadoras locais, em cada uma das capitais, quando Cândida Ribeiro assumiu essa tarefa em Salvador, Bahia. Para maiores informações sobre o Projeto, essa e outras pesquisas do Observe, ver em <www.observe.ufba.br>.

14 Realizada na sede do Viver, no bairro do Garcia/Salvador, no dia 3 de novembro de 2010.

dados valiosos, mas que se perdem porque a forma de registro não é informatizada. Ainda no que se refere a essa questão, relatou Santos (2010, p. 3):

Ao perguntar sobre a existência de sistematização dos dados, verifiquei a ausência de bancos ou até mesmo de planilhas e/ou arquivos disponíveis para a coleta. Apenas algumas iniciativas individuais e tímidas, como tabelas com as informações mais gerais do atendimento dos serviços.

Na realidade, os dados de alguns serviços constam em sistemas informatizados dos órgãos estaduais a que pertencem, como, por exemplo, os da Secretaria de Segurança Pública e Tribunal de Justiça, nos casos das DEAMs e Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar, respectivamente. Todavia, nesses sistemas, os dados não se encontram organizados de forma que possam ser disponibilizados agilmente, além de, quase sempre, não serem coletados abarcando as características socioeconômicas e culturais que envolvem as mulheres em situação de violência e o problema de maneira geral.

Há ainda grande rigidez na estrutura e funcionamento dos sistemas de informação e bancos de dados existentes (Ministério Público e Tribunal de Justiça, por exemplo) que produzem relatórios pré-definidos, impossibilitando cruzamentos e análises mais livres de seus dados. Sem mencionar que esses sistemas são desenhados na lógica de produção e acompanhamento dos processos instaurados, visando à responsabilização e à reparação nas situações de violação de direitos e violência, e não o conhecimento do perfil das pessoas envolvidas nessas situações, que tem sido o foco predominante expresso nas discussões e demandas do GT Informações. O relato da representação do Gedem/MP no GT expressa bem os dois tipos de dificuldade: essa instituição tem problemas para sistematizar seus dados, de acordo com a demanda do GT Informação, por conta da formatação e maneira de funcio-

namento do sistema do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. É explicitado que há possibilidade da ocorrência de repetição de dados, uma vez que as mulheres que são contabilizadas pelo Gedom podem estar fazendo parte dos dados da Vara de Violência, constante no mesmo sistema. Além disso, mencionou-se a rigidez desse sistema, que se expressa, sobretudo, pela impossibilidade de cruzamento dos seus dados.

Ainda no que se refere à repetição de dados, outra dificuldade encontrada para a construção de indicadores é o fato de que uma mulher é, com grande frequência, atendida em mais de um serviço, pertencente ou não à mesma Secretaria, que possui determinado sistema de informação. Isso acarreta duplicidade de registro dos atendimentos das usuárias que transitam pelos serviços, sobretudo na ocasião dos encaminhamentos realizados.

No que diz respeito à utilização do número de atendimentos como indicador da atenção prestada a mulheres em situação de violência, há ainda outro problema a ser enfrentado, que é o tipo de atividade que é contado como atendimento. Várias atividades realizadas pelos/as funcionários/as, como reuniões e palestras, além de ações de prevenção, não são consideradas e contabilizadas nos relatórios e sistemas de informação dos serviços, o que também é visto como uma limitação para a organização dos dados nessas instituições.

Para exemplificar, destaca-se a experiência da Casa de Acolhimento. Na citada reunião do grupo, sua funcionária mencionou sobre o diálogo que o serviço tem com a política de assistência, além da realização de atividades socioeducativas e adoção de cadernos que as mulheres acolhidas utilizam para falar sobre seu processo dentro da casa. Apesar da constatação de que todas essas atividades resultam na produção de dados, não há qualquer aproveitamento desse material no sentido de uma sistematização.

Incluir esses tipos de atividades como atendimentos realizados representa um desafio especial, pois impõe uma discussão mais aprofundada sobre o que é e o que pode (ou precisa) ser a atenção a mulheres em situação de violência. Essa reflexão sobre modelos de atenção ultrapassa o escopo das tarefas do GT Informação, mas caberia a esse grupo provocar o GT da Rede nessa direção.

Outro aspecto identificado como dificuldade para o tratamento dos dados foi o amadurecimento e mudança nos registros de cada serviço. No Centro de Referência Loreta Valadares, por exemplo, na inauguração do serviço, havia uma dificuldade na tipificação da violência psicológica, e só dois anos depois, com a capacitação e experiência da equipe, passou-se a registrar esse dado de forma mais fidedigna. Ponderou-se também sobre as mudanças das informações registradas, já que o Centro, entre os anos de 2005 e 2010, trabalhou com um tipo de prontuário e, a partir de 2011, mudou o modelo e, conseqüentemente, a informação coletada.

Os descompassos nos níveis de organização de sistemas e formas de registros nos diferentes serviços também se apresentam como empecilhos para o trabalho proposto pelo GT Informação, na medida em que dificultam uma coleta e conseqüente sistematização mais uniforme entre essas instituições. Durante o trabalho inicial de coleta de dados nos serviços realizado pelo grupo, foi possível perceber que, enquanto alguns apresentavam seus dados em relatórios de papel, outros já estavam mais adiantados nesse sentido, possuindo até iniciativas de montagem de bancos de dados; enquanto um serviço explicita e separa o atendimento a casos novos, outro considera apenas os casos que foram atendidos em um ano específico. Tal realidade é conseqüência, principalmente, do fato de que os sistemas e formas de registro foram desenvolvidos individualmente por cada serviço, considerando suas especificidades, sem troca de experiência ou discussão com os demais serviços.

De maneira geral, percebe-se uma lacuna no que se refere à sistematização de dados encontrada nos serviços de atendimento às mulheres em situação de violência que funcionam em Salvador e região metropolitana. Diante dessa realidade, o GT Informação se defronta com alguns desafios que precisam ser enfrentados como parte do trabalho para alcançar os objetivos propostos.

O primeiro deles é a necessidade de estimular a melhoria dos registros feitos nos serviços, através da elaboração de fichas de atendimento e relatórios que criem campos voltados para questões como características das mulheres, fatos ocorridos, entre outros. É preciso também encontrar meios de contribuir para que se viabilize a informatização dos processos de registro de atendimentos, com a conseqüente construção e manutenção de bancos de dados. Propõe-se que tais sistemas atendam prontamente às demandas externa de informação e conhecimento por parte de estudantes, pesquisadores/as e profissionais, como também àquelas relacionadas ao planejamento e administração de serviços e ao acompanhamento da situação de violência contra mulheres e do desenvolvimento de políticas de enfrentamento dessa situação.

Outro desafio é encontrar formas de identificar possíveis efeitos das políticas de enfrentamento da violência de gênero. Nesse processo, evitar a duplicidade de registro nas situações de mulheres encaminhadas de um serviço para outro tem sido um ponto fundamental nas discussões do GT por se constituir em tarefa complexa, porém imprescindível.

Considerações finais

A violência contra mulheres faz parte da estrutura da sociedade, e a luta pelo reconhecimento social desse fenômeno, como também pela sua eliminação, se incluiu no esforço para construção de realidades sociais mais justas e igualitárias. Aumentar a vi-

sibilidade e a compreensão sobre as manifestações desse tipo de violência é uma forma de contribuir para a mobilização do Estado e da sociedade no sentido de avançar no seu processo de enfrentamento e, assim, progredir para uma mudança onde a diversidade entre os seres possa existir e se desenvolver em ambiente de respeito e igualdade de direitos.

O silêncio e a dissimulação, elementos geralmente presentes nas situações de violência contra mulheres, tornam particularmente difícil sua apreensão com base em sistemas de informação e de registros do cotidiano dos serviços de saúde, assistência social e educação, nos quais essa violência se expressa sob outros nomes e, escondida, grita por atenção todos os dias. Encontrar e propor formas de utilização consistente e coerente dos registros desses serviços para compor o quadro de compreensão do fenômeno e da intervenção sobre ele é o desafio e o risco a que se propõe o GT Informação.

A possibilidade de criar um indicador para o mapeamento da violência contra a mulher, mesmo deparando-se com registros tão diferenciados, não tem a pretensão de abarcar em números absolutos toda essa variedade. Saber os limites desses registros e poder focalizar essas diferenças é ter o objetivo de ampliar o olhar sobre essa temática, incluindo novas categorias de registro; é a ampliação do foco que modifica o modo de abordar esses índices. São várias perspectivas do mesmo problema: é a possibilidade de trazer outra perspectiva, iluminando outro aspecto do problema.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). *Conceitos básicos para a construção de indicadores, capacitação no elenco norteador e indicadores do Sinavisa*. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/a6f4550047457a6b86e4d63fbc4c6735/Conceitos+Basicos+para+Elaboracao+dos+Indicadores.ppt?MOD=AJPERES>>. Acesso em: 2015.

BAHIA. *Decreto n. 11.897 de 17 de dezembro de 2009*. Fica criado o Observatório de Violências e Acidentes do Estado da Bahia. Disponível em: <http://www1.saude.ba.gov.br/observatorio/admin/db/userfiles/file/Legislacao/Portaria_627_Regimento_Interno_Observatorio.pdf>. Acesso em: 2015.

BAHIA. *Observatório de violências e acidentes do Estado da Bahia*. Salvador, [2011]. Disponível em: <<http://www1.saude.ba.gov.br/observatorio/Pagina.aspx?ms=9E2DFC56F0FF5768DFCEFF68E2BE2429>>. Acesso em: 2015.

GOMES, M. Q. C. *Monitoramento da Lei Maria da Penha, 2009*: relatório preliminar de pesquisa do Projeto Construção e Implementação do Observatório da Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha. Salvador: [s.n.], 2009.

PASINATO, W.; SANTOS, C. M. *Mapeamento das Delegacias da Mulher no Brasil*. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu; UNICAMP, 2008.

SANTOS, C. Passando a limpo: notas sobre um trabalho de campo do OBSERVE nas DEAMs e na Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Salvador / Ba. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS, 9., 2010, Florianópolis. *Anais eletrônicos...* Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

SARDENBERG, C. M. B; TAVARES, M.; GOMES, M. *A aplicação da Lei Maria da Penha em foco*. Salvador: NEIM / UFBA, 2010. (Cadernos do Observe, 1).

SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS, 9., 2010, Florianópolis. *Anais eletrônicos...* Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/9>>. Acesso em: 19 mar. 2012.